

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO
FACULDADE DE ECONOMIA
O SALTO ECONÔMICO DA CHINA: CRESCIMENTO E
MUDANÇA
AMANDA BATTAGLINI SULEIMAN

Monografia de Conclusão do
Curso apresentada à Faculdade de
Economia para obtenção do título
de graduação em Ciências
Econômicas, sob a orientação da
Prof.^a Peggy Beçak.

São Paulo, 2008

SULEIMAN, Amanda Battaglini. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS PÓS 1949, São Paulo, FAAP, 2008, 45 p.
(Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado)
Palavras-Chave: Crescimento, China, Reformas, Qualidade, Comércio.

AGRADECIMENTOS

Os meus mais sinceros agradecimentos a minha querida professora Peggy Beçak pela orientação prestada, pela paciência e pelo incentivo permanente na realização desta monografia.

Aos meus professores e professoras que me proporcionaram uma excelente formação.

Ao Professor Áquilas Mendes, pela orientação adicional.

À minha mãe pela preocupação e dedicação e ao meu noivo Leonardo pelo incentivo e paciência.

RESUMO

Esta Monografia examina a trajetória da economia chinesa nos últimos anos e demonstra qual foi o processo de desenvolvimento seguido pelos chineses, que culmina em um vultoso crescimento econômico atual. Suas reformas, sua projeção e sua abertura diante de um dos países mais populosos do mundo.

O tema central de investigação deste trabalho é a razão para um desempenho tão dispar da economia da China, pois enquanto o país desbrava em crescimento o mundo desacelera. Sua trajetória desenvolvimentista e seus propósitos serão abordados neste trabalho, de forma a permitir ao leitor esclarecimentos sobre atuais conjunturas apresentadas pelo país e suas relações com o Brasil.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas

Lista de Gráficos

INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO PÓS 1949

1.1 – O apoio e o abandono do modelo soviético.....03

1.2 – A Revolução Cultural.....09

1.3 – As Primeiras Reformas.....11

CAPÍTULO 2 – O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

2.1 – Os primeiros sinais de crescimento.....15

2.2 – Vantagens e desvantagens do modelo de crescimento.....20

2.3 – Perspectivas e a inserção da China no GATT/OMC.....21

CAPÍTULO 3 – RELAÇÃO BILATERAL

3.1 – Um panorama das mudanças ocorridas na China atualmente.....26

3.2 – Desmistificação dos produtos chineses e a relação comercial com o Brasil.....30

3.3 – Perspectivas da relação Brasil-China.....35

CONCLUSÃO.....42

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação da Indústria pesada na China.....	05
Tabela 2 – Zonas Econômicas Especiais.....	14
Tabela 3 - Indicadores de crescimento setorial, China 1952-95 (taxa de crescimento anual).....	18
Tabela 4 - Intercâmbio Comercial Brasil-China – FOB milhões.....	37
Tabela 5 - Exportações brasileiras para a China.	38
Tabela 6 - Importações brasileiras da China.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Exportações Chinesas.....	20
Gráfico 2- Composição das exportações do Brasil para a China (2002 a 2004).....	24
Gráfico 3- Composição das importações dos produtos chineses (2002 a 2004).....	25
Gráfico 4- China: Investimento estrangeiro direto 1990-2006.....	28
Gráfico 5- BRASIL - Balança Comercial com a China - 1997-2007.....	31
Gráfico 6 - BRASIL - Saldo comercial do Brasil com a China, segundo o setor (1997-2007).....	32
Gráfico 7 - BRASIL vs. CHINA - Valor por Kg Exportado - 2000-2007.....	33

INTRODUÇÃO

Esta Monografia tem por objetivo examinar a trajetória da economia chinesa desde 1949 até 2008. O desenvolvimento econômico da China, que deve ser entendido, dentre outros fatores por meio de um Estado-Nação forte, constituído por um crescimento vultuoso nos últimos anos.

No capítulo 1 foram abordadas as questões relacionadas aos grandes movimentos sociais que tinham por objetivo a auto-suficiência do país e à Revolução instaurada por Mao Tse-tung, como medida de alavancar o enorme e potencial mercado consumidor.

A importância da década de 1970, com as reformas econômicas implantadas por Deng Xiaoping aos poucos foram mudando o funcionamento da estrutura econômica do país. Primeiramente, suas reformas foram focadas no setor agrícola e na metade da década de 80, o setor industrial, passou por reformas que permitiram a entrada de empresas privadas para complementar as estatais. Foram criadas 14 cidades ao longo da costa com postura de abertura ao comércio exterior e aos investimentos estrangeiros.

As reformas atraíram investimento estrangeiro direto sob forma de novas empresas, principalmente as *joint ventures* e de capital estrangeiro, o que proporcionou o desenvolvimento das indústrias de tecnologia e de infra-estrutura.

O capítulo 2 trata da abertura econômica implantada na China. Esta demonstrou claramente a afinidade entre as políticas adotadas e a cultura local. Trata também das consequências da inserção do país na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O salto econômico nos anos 80 decorrente da trajetória percorrida pela China durante os anos anteriores e sua relação com o Brasil - que neste período encontrava-se em desenvolvimento, assim como a maioria dos países latino-americanos. A China, no mesmo período, desenvolveu seu mercado e economia sem atrelar-se diretamente às grandes potências e hoje pode ser considerada uma destas.

O capítulo 3 se propõe a examinar as características internas e mais atuais da China, com a finalidade de estabelecer suas relações com o Brasil. E, por fim tratará da desmistificação dos produtos chineses - tidos como caracterizados pela predominância de produtos sem qualidade.

Estes serão os pontos fundamentais adotados nesta Monografia, traçando os caminhos trilhados pela China que vem passando por grandes transformações internas ao longo dos anos, com o objetivo de expandir sua economia para patamares cada vez mais elevados.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO PÓS 1949

Este capítulo busca mostrar as características estruturais da China. Está dividido em 3 partes, abordando os aspectos da época do plano quinquenal – que obteve apoio da União Soviética (URSS), os anos de Revolução Cultural de forte influência e por fim, o período caracterizado pelas Primeiras Reformas adotadas no país.

A China passou os últimos 50 anos por um surto de progresso econômico. No período que antecedeu 1949 a economia chinesa estava baseada fortemente no setor agrícola, o setor industrial estava em seu processo inicial e a pobreza reinava tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Esse cenário começou a ser alterado a partir da instauração da República Popular da China, onde grandes esforços foram despendidos para a eliminação da pobreza e industrialização.

1.1 O apoio e o abandono do modelo soviético

As relações entre a revolução chinesa e o Estado soviético tiveram início com a assinatura de um Tratado de Assistência Mútua e Aliança, firmado em Moscou em fevereiro de 1950. A URSS compreendia o valor e a importância da entrada da China para a seqüência de seu modelo, por esse motivo auxiliou no desdobramento de financiamentos e créditos a longo prazo na construção de projetos industriais de grande porte que se estenderam de 1950 até 1959. Mao Tse-tung além de dirigente político partidário, assumiu o papel de principal líder da revolução chinesa e aliou-se à URSS, integrando-se à Guerra Fria, prioritariamente um conflito entre os Estados Unidos (capitalista) e a URSS (socialista).

A contribuição soviética concentrou-se principalmente em setores siderúrgicos, produtos ligados ao petróleo, indústrias elétricas, mecânicas e através da importação de bens de capital e grãos, viabilizando um salto industrial, pois havia o atraso na indústria de bens de consumo e na agricultura.

Segundo Hinton (1967), o processo interno de desenvolvimento da China Comunista passou por sete etapas. A primeira delas (1949-1952) consistiu na eliminação da oposição organizada, dando início as reformas democráticas agrária e de reabilitação econômica. A segunda etapa (1953-55), marcou o período de consolidação, centralização política e início da industrialização. A terceira etapa, (1955-1956), correspondeu ao auxílio de Mao Tse-tung no “crescimento socialista”, envolvendo uma aceleração da socialização da agricultura e do comércio, além de um forte aumento em investimentos industriais, acompanhados de concessões políticas como a campanha das Cem Flôres, que será mais detalhada mais a frente, assim como as etapas subsequentes do processo de desenvolvimento da China Comunista – consistiu em crise política a quarta etapa, a quinta buscou promover uma mobilização em massa de força de trabalho rural para a criação de uma indústria rural, a subordinação da indústria pesada à agricultura e indústria leve como sexta etapa e a sétima e última etapa correspondeu a militarização em 1964. (p. 83)

A aliança chinesa com a União Soviética foi importante para a mudança de estrutura, em particular a econômica, através da adoção do plano quinquenal de planificação centralizada e de uniformização distributiva. A aproximação inicial da revolução maoísta com a URSS tornou inevitável que a China Popular seguisse os passos da grande potência socialista, adotando uma política econômica semelhante a dos soviéticos, cuja ênfase se dava na indústria pesada e na coletivização das terras.

A estratégia econômica industrial da China no período pré-reforma (1948-78) estava voltada para dentro e segundo Huijiong (1994) teve duas características marcantes: dar continuidade no processo de transferência do sistema de produção privado para a propriedade do Estado e considerar o sistema de planejamento central como o mecanismo principal de implementação da estratégia econômica industrial. (p.14)

A China deu início a um sistema de planejamento central e a política industrial do Primeiro Plano Quinquenal (1953-57) foi caracterizada por um modelo que priorizou a implantação da indústria pesada no país. O modelo de planejamento central foi adotado visando promover o desenvolvimento da economia chinesa que sofria da forte influência do desenvolvimento da antiga URSS.

Pode-se verificar na tabela 1 que a participação da indústria pesada no valor bruto da produção industrial cresceu de 37,3% em 1953 para 48,4% em 1957.

Tabela 1 - PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA NA CHINA

Anos	Participação dos bens de produção (%)	Participação dos bens de consumo (%)
1953	37,3	62,7
1954	38,5	61,5
1955	41,7	58,3
1956	45,4	54,5
1957	48,4	51,6

Fonte: Departamento de Publicação de Estatística da China. Relatório anual da China, 1984. A Economia Mundial em transformação. Fundação Getúlio Vargas (1994) – 1ª edição apud HUIJIONG, 1994, p.15.

Esse intenso incentivo a indústria pesada gerou crescimento, desenvolvimento e melhoria das condições de vida do povo, principalmente da população do campo. Como consequência, a queda de 11,1 % na participação da indústria leve no período de 1953 à 1957.

No processo socialista do setor comercial buscou-se a auto-suficiência. A economia de planejamento central caracteriza-se pelo sistema de alocação material por parte do Estado. O setor comercial é responsável somente por produtos agrícolas e outros bens de consumo. (HUIJIONG, 1994, p. 15)

O Plano Quinquenal envolveu várias áreas como produção, alocação de material, trabalho e salários. Foi implementado através de compras compulsórias e alocações de produtos-chave em nível nacional entre as províncias e as organizações controladas pelo poder central.

O principal instrumento de controle financeiro da economia da época foi o orçamento do Estado. Todos os assuntos financeiros e econômicos, inclusive a administração da renda foram centralizados em 1950. O comércio foi taxado de uma forma mais pesada do que a indústria e as alíquotas tributárias para a indústria pesada eram menores do que as fixadas para a indústria em

geral. Com relação ao sistema bancário chinês no período de 1949-1957, o seu papel em relação às empresas era o de fornecedor de crédito para atender às diretrizes administrativas e realizar auditorias para garantir que este fosse utilizado para seu determinado objetivo.

De acordo com Huijiong (1994) até o final de 1970, o sistema financeiro chinês foi um sistema virtualmente monobanco, seguindo o modelo soviético. (p. 20)

Todas as operações financeiras eram operadas por um único banco, pois as outras instituições financeiras estavam ausentes do sistema. A principal instituição era o Banco Popular da China, que detinha todas as operações de crédito comercial, industrial e para fins agrícolas (em âmbito nacional).

Em 1954 foi aprovada a primeira Constituição do novo regime, que definia a China como um Estado socialista, estruturado segundo os princípios do centralismo democrático. Em maio de 1956, iniciou-se a "campanha das cem flores", como uma tentativa de atrair a participação de intelectuais nos projetos de desenvolvimento. A política visou estimular os debates públicos e diminuir o poder da burocracia partidária, porém o efeito foi o oposto, pois retomou a linha autoritária. O intuito da campanha foi representar uma experiência de liberdade, na expressão e na crítica, até então desconhecida.

Segundo Hinton (1967), foi neste contexto de uma breve diminuição do investimento industrial e obstáculo às severas críticas ao regime por intelectuais, que se iniciou a quarta etapa do processo interno de desenvolvimento da China Comunista (1957-1958). Essa etapa ficou caracterizada como crise política, seguida de uma decisão inicial de mobilização da mão-de-obra camponesa e descentralização da economia, visando atingir um desenvolvimento sem as tensões do "crescimento socialista". (p.84)

A necessidade de aceleração do ritmo de desenvolvimento ainda era um problema a ser solucionado. Mas os resultados favoráveis do plano quinquenal estimularam Mao em 1958 a iniciar um segundo plano, que ficou conhecido como "o Grande Salto para a frente". A quinta etapa (1958-1960), buscou promover uma mobilização em massa da força de trabalho rural para aumentar a produção, a área cultivada e a criação de uma indústria rural, com a multiplicação das unidades produtivas de pequena escala das aldeias. A indústria do aço foi considerada prioridade máxima no período do Grande Salto para a frente. O programa obrigava a junção dos camponeses em grandes comunas agrícolas, instalação de siderúrgicas de tecnologia rudimentar por todo o

país, mas seu único resultado foi a desorganização da economia e a fome generalizada. Por um lado deu-se a abertura de canais de irrigação e recuperação de áreas para plantio, construção de diques, mas por outro, a consequência foi um fracasso contundente.

Uma das primeiras medidas de correção foi a da redução das comunas para a terça parte de seu tamanho original, visando uma melhor administração e, para a criação de vínculos mais estreitos entre o trabalho desenvolvido pelos camponeses e suas respectivas remunerações, o que posteriormente resultou em uma melhoria da produtividade e expansão da produção.

As comunas assumiram a responsabilidade pela administração local, coleta local de taxas, provisão de saúde e educação, supervisão da produção agrícola, construção industrial rural e atividade de serviço na sua área. A razão para isso residia no extremo isolamento na política internacional e o reconhecimento da necessidade de um sistema econômico que sobrevivesse a uma guerra nuclear. Entre 1959 e 1961, cerca de 30 milhões de pessoas foram desviadas da agricultura para a siderurgia de “fundo de quintal”, fabricando cimento, construção e irrigação. Como resultado, a produção agrícola *per capita* em 1961 foi 31% menor do que a de 1957, a prioridade foi dada à alocação de alimentos para as áreas urbanas, e milhões de habitantes das áreas rurais morreram de fome (Maddison, 1998, apud MEDEIROS 1999, p. 384 e 385).

Em outras palavras, o Grande Salto envolveu uma mobilização e exploração do emprego sem precedentes em particular na agricultura.

Em 1958-1959, Mao Tse-tung foi afastado do cargo de Presidente da República Popular da China. Após a catástrofe do “Grande Salto”, a China ao longo dos anos 60, prosseguiu no processo de industrialização e deslocamento de plantas industriais para áreas do interior, tendo em vista a estratégia de resistência a uma potencial guerra com a URSS. Com a produção estagnada, a China iniciou uma ampla importação de grãos.

Medeiros (1999) afirma “nessas condições de isolamento e restrições de oferta agrícola é que se desenvolve o período da “revolução cultural”, com maciço deslocamento da população urbana para o campo”. (p. 384)

Em 1960 a China rompeu relações com a União Soviética, em virtude de sua discordância diante da “desestalinização” adotada por Kruschchev. A ruptura teve duas origens: a luta pela hegemonia na direção do movimento comunista internacional e as disputas territoriais ao longo da fronteira comum.

O partido foi dividido em duas facções: a que defendia a pureza ideológica do comunismo chinês (representada por Mao Tse-tung, Lin Biao e apoiada pelo exército) e a segunda defendendo uma postura tecnocrática, tendo como líderes Liu Shaoqi (Liu Shao-chi, presidente do Estado desde 1959, após a renúncia de Mao) e Deng Xiaoping.

A China permaneceu em uma situação de grande isolamento na década de 60, devido à redução na importação de máquinas e equipamentos e o caminho à substituição de importações. Posterior a este período e devido às diversas consequências causadas pela política do Grande Salto, o Partido Comunista Chinês (PCC) deu início à sexta etapa (1960-1963), proclamando abertamente a subordinação da indústria pesada à agricultura e indústria leve e fazendo importantes concessões aos camponeses. Essa etapa auxiliou na recuperação do país, fazendo com que o PCC lançasse a sua sétima e última etapa, a de militarização em 1964. Esse processo se deu através da introdução de uma disciplina militar em todas as organizações públicas, instituições de oficiais políticos e de forças armadas para supervisionar os chefes dessas organizações.

Foram adotadas medidas severas para a correção do problema. Liu Shaoqi foi nomeado presidente da República Popular da China e Deng Xiaoping assumiu como secretário-geral do partido.

A China recebeu até 1960 US\$ 2 bilhões de créditos a longo prazo da União Soviética e aproximadamente $\frac{3}{4}$ do seu comércio exterior era feito com o Bloco Comunista (importação de equipamento industrial e militar), principalmente com os soviéticos. (HINTON, 1967, p.87).

As restrições cambiais da década de 60 foram consideravelmente aliviadas em 70, devido à reentrada da China na Organização das Nações Unidas (ONU), à crescente capacitação das indústrias chinesas no mercado de exportação e aos excedentes na produção de petróleo. A aquisição de tecnologia estrangeira começou a ressurgir e o programa de importações concentrou-se na capacitação interna, priorizando a fabricação de bens intermediários, como fertilizantes químicos, fibras sintéticas, produtos químicos, petroquímicos e aços finos.

Huijiong (1994) afirma que esse vaivém entre a centralização e a descentralização do sistema de planejamento afetou bruscamente a política e estruturas industriais chinesas. (p. 23)

No âmbito das medidas de descentralização de 1957, grandes áreas de atividade foram retiradas dos ministérios e realocadas nas províncias (Ídem, *Ibidem*).

Esses esforços praticados para a descentralização foram ao longo do tempo abandonados, devido ao fracasso da política do Grande Salto. A recentralização voltou à tona em 1961, e durante o período da Revolução Cultural as províncias tiveram maior influência no planejamento da produção local, no financiamento e na distribuição de investimentos.

A centralização, a descentralização e a auto-suficiência local, enfatizadas na política industrial fizeram com que todos os municípios e províncias se envolvessem em uma série de atividades de produção.

1.2 A Revolução Cultural

A Revolução Cultural na China (ou, Grande Revolução Cultural Proletária) nasceu do programa Grande Salto e foi um grande movimento social de radicalização político-ideológica que visava a auto-suficiência na República Popular da China lançado em 1966 por Mao Tse-tung.

A indústria de defesa foi muito incentivada neste período. O intuito da Revolução Cultural foi combater o surgimento de classes e categorias privilegiadas, revitalizando o espírito da revolução chinesa, e acabando com o modo de vida da cultura burguesa. Além disso, a Revolução pretendia tornar cada unidade econômica chinesa - fábricas e fazendas, em uma unidade de estudo e reconstrução do comunismo.

Shaoqi e Deng Xiaoping começaram então a desafiar o poder e prestígio de Mao Tse-tung, mas antes de algo ocorrer Mao declarou a idéia de promover o crescimento e limpeza do cenário político, econômico, ideológico e organizacional da República.

Segundo Haesbaert (1994) para muitos, o passado tradicional e opressivo seria colocado finalmente em questão através da modernização do país na figura de Deng Xiaoping, que condenando o Bando dos Quatro pela violência e fracasso da revolução cultural, manteve os dogmas do maoísmo: “socialismo, ditadura do proletariado, direção do partido, marxismo-leninismo e pensamento Mao Tse-tung”. (p.16)

Milhares de estudantes, liderados por Jiang Qing, a esposa de Mao Tse-Tung, Wenyan, Zhang Chunquiao e Wang Hongwen, grupo que ficou conhecido como o “Bando dos Quatro”, formaram as Guardas Vermelhas e iniciaram as perseguições políticas. No mesmo ano,

ocorreram expurgos, ataques e humilhações de intelectuais e reacionários. Universidades, escolas e fábricas ficaram fechadas durante anos a fim de combater a ideologia da hierarquia do saber. Nas escolas que permaneceram abertas não existiam mais provas e exames, pois eram tidos como exemplos de competitividade burguesa.

O Bando dos Quatro foi uma designação atribuída a um grupo de quatro membros do Partido Comunista chinês responsáveis pela implementação da Revolução Cultural.

Até 1969, a Guarda Vermelha expandiu sua autoridade, acelerou as ações de expurgos e tornou-se, portanto, a principal autoridade da China responsável por proteger o regime contra os reacionários burgueses. As pessoas que obtinham privilégios do sistema recebiam tarefas principalmente braçais tanto nas fábricas quanto no campo, para conhecerem o dia-a-dia das pessoas mais simples. Em abril desse mesmo ano, seguindo ordens de Mao Tse-Tung, o Exército chinês dissolveu a Guarda Vermelha.

A China não foi totalmente abalada pelas reformas socialistas, pois, a reforma agrária, os avanços médico-sanitários e o maior acesso à educação tiveram progressos frente à extrema centralização das decisões, do planejamento econômico, corrupção dentre outras medidas que passaram a fazer parte do sistema e que contribuíram para o fracasso dos “anos negros” de 1959-61 e o da revolução cultural de 1966-1969.

Com a morte de Mao Tse-tung em 1976, a Revolução Cultural teve o seu fim e em uma avaliação das experiências da construção socialista no próprio país, o PCC (Partido Comunista da China) deliberou, em 1978, a alteração do modelo de construção socialista na China, lançando as bases teóricas de outro, quando da reunião da 3ª Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCC aprovou por proposição de seu principal mentor Deng Xiaoping um novo plano de reforma do sistema econômico.

Hua Guofeng passou à dirigente máximo da China e apesar de ter recebido a confiança de Mao, teve como primeiro ato a prisão de seus seguidores (a Camarilha dos Quatro). Deng Xiaoping pediu oficialmente sua reintegração, sendo aceito por Guofeng, e passou nos anos seguintes a dominar a política chinesa.

1.3 As Primeiras Reformas

A estratégia chinesa de desenvolvimento econômico elaborada no final dos anos 70 estava subordinada aos objetivos políticos de reunificação do território e de luta contra o “hegemonismo”, principalmente o da União Soviética. (MEDEIROS, 1999, p.396).

A China conseguiu um crescente progresso econômico no período que abrangeu as décadas de 50 à 70 e ao longo destas três décadas de experiência em desenvolvimento econômico percebeu-se que para obter-se ganhos econômicos era necessário o uso extensivo de fatores produtivos, ou seja, investimentos muito elevados.

Como observado pelo Banco Mundial:

A despeito dessas viradas e mudanças de rota que engendraram algumas dramáticas flutuações econômicas, houve um substancial progresso em direção aos dois objetivos principais (a industrialização e a eliminação da pobreza). A industrialização foi muito rápida, principalmente como resultado de um elevado ritmo de investimentos, cuja totalidade foi financiada pela poupança interna. A parcela da indústria no PNB (cerca de 40%) é atualmente similar à média dos países em desenvolvimento de renda média. E o maior sucesso da China durante as últimas três décadas foi haver conseguido uma melhoria bem mais acentuada no atendimento das necessidades básicas dos grupos de baixa renda, em comparação à maioria dos demais países pobres”. (Banco Mundial apud HUIJIONG 1994, p.25)

Os primeiros anos do novo regime comunista foram voltados para a reconstrução do país. Atender ao consenso formado pelos moradores do campo, a reforma agrária rural e implantação gradual das Zonas Econômicas Especiais (ZEE’s) foi considerado passo inicial.

As ZEE’s eram espaços delimitados que dependiam basicamente da entrada de capital estrangeiro através de indústrias, serviços e comércio e tinham como objetivo desenvolver uma economia voltada para a exportação em diversos setores.

Para Huijiong (1994) o ano de 1979 foi considerado o ano-chave da mudança de abordagem na estratégia econômica industrial. (p. 14)

Foram criadas 14 cidades costeiras em 1984, todas abertas ao investimento estrangeiro, entre as quais as grandes metrópoles de Xangai, Pequim e Tientsin.

Mao Tse-tung deixou uma herança complexa e ao mesmo tempo contraditória. Realizou alguns efeitos extraordinários, como a conquista de seu poder a partir de uma base camponesa, unificando a China sob o domínio do Partido Comunista, mobilizando massas para seus objetivos; conseguiu exercer controle cultural, econômico e político sobre o país mais populoso do mundo transformando a cultura clássica em uma cultura voltada para o futuro. No entanto, conduziu o país a um estado próximo a uma ruptura e com isso, a morte de milhões de pessoas.

Em 1976 com a morte de Mao Tse-tung e posteriormente com a prisão dos seus principais seguidores, ocorreram mudanças no destino dos dirigentes chineses que, de qualquer forma acabaram sendo atingidos pela turbulência da Revolução Cultural. Deng Xiaoping em 1977 voltou a assumir as funções de Vice-Primeiro Ministro. Juntamente com as suas funções de Vice-Presidente do Partido Comunista Chinês (PCC) e de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Deng expandiu o seu poder. Este fato se tornou determinante para a sua consequente capacidade de implementar as reformas econômicas que transformaram a face da China a partir de 1978.

Deng Xiaoping implementou um amplo programa de reformas que modificou completamente o caráter do país, principalmente, as estruturas do setor agrícola, através de acumulação de excedentes, incipiente economia industrial, ciência, tecnologia e serviços nas zonas rurais. Esse programa ficou conhecido como as Quatro Grandes Modernizações (da indústria, da agricultura, tecnologia e das forças armadas ou defesa) – dando origem ao que se pode denominar de socialismo com características chinesas. Foi projetado por Chou En-lai e proposto por vários dirigentes reformistas ainda antes da Revolução Cultural.

A ênfase inicial foi dada na agricultura, onde o processo de entrega de terras aos camponeses teve início, dissolvendo portanto as comunas agrícolas.

Em reflexo a esta política, em março de 1979 foi decidido um aumento de 20% dos produtos agrícolas. Por outro lado, a produção em comunas foi progressivamente substituída pelo estabelecimento de contratos com os produtores rurais, onde estes se viram obrigados a vender uma determinada quantidade da sua produção para o Estado.

As reformas introduzidas por Deng Xiaoping a partir de 1978 mudaram o foco do planejamento industrial e tecnológico para um esforço que inclui a desmilitarização,

privilegiando as indústrias leves e de alta tecnologia. Deng reformou o Partido Comunista Chinês, que até então, possuía fortes influências de Mao Tse-tung e conseguiu dar início à relação com outros países ocidentais, principalmente enfatizando a absorção de tecnologia e investimentos. Reiterou sua determinação em incorporar Hong Kong, Macau e Taiwan, através da aplicação do princípio “Um país, dois sistemas”. O intuito desse princípio era que, após a reunificação, Hong Kong e Macau (respectivamente antigas colônias do Reino Unido e de Portugal), apesar da prática do socialismo na China continental, praticassem o capitalismo sob um alto nível de autonomia.

O programa de reformas procurou multiplicar laços comerciais para que os produtos chineses pudessem obter tecnologia estrangeira e a reestruturação da indústria foi uma estratégia para promover a eficiência e mudança de atitude em relação ao comércio. No documento relativo ao período de 1981-85 (Sexto Plano Quinquenal), estavam como tarefas básicas o estímulo a produção agrícola, a produtos da indústria leve, da indústria têxtil e de outros bens de consumo cotidianos para adaptação da demanda da sociedade.

Em 1984, o princípio foi proposto para a aplicação em Hong Kong através de negociações com a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher quando o contrato de arrendamento dos Novos Territórios (incluindo Nova Kowloon) de Hong Kong para o Reino Unido expirasse em 1997. O mesmo foi proposto para Macau nas conversações com Portugal.

As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) constituíram o principal mecanismo de abertura da economia chinesa. Foram classificadas como regiões economicamente livres, onde os princípios das reformas foram logo implementados. Criadas na segunda metade da década de 70 junto ao litoral oriental da China, com o objetivo de propagar os ideais de modernização e progresso, voltados basicamente para o setor industrial e exportador. Sua principal função era estratégica, as cinco zonas criadas foram: a de Shenzhen, um cinturão que cercava Hong Kong, Xiamen que estava localizada de frente para Taiwan, Zhuhai – zona localizada junto a Macau, Shantou e Hainan.

Tabela 2 . Zonas Econômicas Especiais

	Área km ²	População hab	Ano de criação
Shenzen	327,5	1 020 000	1980
Zhuhai	121	190 000	1980
Shantou	52,6	60 000	1980
Xiamen	131	370 000	1980
Hainan	34 000	6 540 000	1988

Fonte: HAESBERT, 1994, p.34

Contudo, as bases para a formação e consolidação das Zonas Econômicas Especiais foram: a participação forte do Estado, a abertura de capital estrangeiro, a produção industrial diversificada (voltada para as exportações), a proximidade com as áreas portuárias e urbanas e a mão-de-obra abundante e barata. Entre 1979 e 1986 a China contribuiu com aproximadamente um quarto de seu orçamento para a criação da infra-estrutura dessas zonas, pois os custos ainda não eram compensados pela entrada de capital estrangeiro.

Desde os anos 70 o país vem combinando uma rápida liberalização econômica, concentrada nessas zonas, com a hegemonia do Estado na produção.

Em síntese, a estratégia de desenvolvimento da China a partir de 1978 se baseou na reforma no modo de utilização da terra, na promoção e expansão das exportações, proteção do mercado interno, estímulo ao investimento estrangeiro, formação de *joint ventures* (grandes empresas estatais) e na indústria pesada sob o controle do planejamento central, na transição para um sistema misto de preços, controlados pelo mercado.

CAPÍTULO 2

O CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

O capítulo 2 deste trabalho busca enfatizar os avanços da China a partir do período das primeiras reformas, correlacionando o passado com o presente, índices e taxas de crescimento.

2.1 Os primeiros sinais de crescimento

O desempenho da Ásia nos anos 80 foi amplo e generalizado. Economias distintas, tanto em termos de instituições quanto em termos de padrão de desenvolvimento, como a Índia (fechada e continental) e Formosa, China e Tailândia cresceram a taxas muito elevadas.

Numa perspectiva crítica, MEDEIROS demonstra que existem dois caminhos distintos de transição ao capitalismo, trilhados respectivamente pela China, Leste Europeu e ex-URSS. (MEDEIROS, 1999, p.380)

Partindo dessas duas linhas de pensamento, de um lado existem os que atribuem o sucesso do modelo de crescimento chinês às reformas, que foram ocorrendo de forma gradual. Essa abordagem deu ênfase aos regimes de contratos realizados com os agricultores e ao papel da indústria rural. Nesse modelo, a explicação foi a busca da China por um trajeto focado nas inovações institucionais, adaptadas às suas peculiaridades e história, em contraste com o caminho percorrido pelos países do Leste Europeu que buscaram instituições típicas do capitalismo europeu.

Por outro lado existe uma visão mais ortodoxa de desenvolvimento. Esta relata a falta de consenso sobre as reformas e atribui o crescimento chinês nos últimos 20 anos a fatores como a acumulação de capital numa economia com baixo índice de renda *per capita* inicial, oferta elevada de mão-de-obra rural e trabalho barato, além de uma estrutura econômica descentralizada. (MEDEIROS, 1999, p. 380)

Para Liu Binyan:

aos olhos dos camponeses privados de liberdade, que enfrentam dificuldades para se alimentar e se vestir e que não têm o direito de se deslocar, o trem e seus passageiros tornaram-se o símbolo de uma potência inimiga: ele encarna o poder, a ociosidade da cidade, um povo de abnegados. (Binyan apud HAESBAERT, 1994, p. 42)

Essa visão foi caracterizada pelo aumento das desigualdades, devido à diversos fatores, como exemplo, a revolta dos camponeses no sudoeste da China. Estes provocaram o descarrilamento de trens para roubarem as mercadorias, centenas foram fuzilados e o problema não foi resolvido.

Para Medeiros o crescimento econômico ocorrido na China a partir das reformas de 1978, foi resultado de três vetores: a estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS; a ofensiva comercial americana com o Japão; e uma complexa estratégia do governo chinês, visando à afirmação da soberania do Estado sobre o território e a população através da modernização da indústria. (MEDEIROS, 1999 p. 385).

A inserção geopolítica da China no confronto dos Estados Unidos com a ex-URSS foi, até 1992, um fator essencial para a alavancada exportadora da China. Em 1985 o dólar passou por um processo intenso de desvalorização e a ofensiva comercial dos EUA provocou amplo deslocamento de capital asiático para a China. Com o término da Guerra Fria, o contexto se transformou inteiramente, entretanto a China já havia alcançado condições econômicas estruturalmente distintas. Argumenta-se que o sucesso da estratégia econômica da China em relação aos seus fatores e condicionantes internos, deveu-se à possibilidade de enfrentar uma série de estrangulamentos econômicos e enfrentar de forma distinta os mecanismos de descentralizar o planejamento e concentrar o mercado.

Nos anos 80, com a abertura da economia, a China beneficiou-se de decorrentes conflitos comerciais entre os Estados Unidos e o Japão. A expansão da sua capacidade de importar tornou-se restrição fundamental para o processo de industrialização. As exportações da China nos anos iniciais da abertura foram intensivas em produtos primários, como por exemplo, carvão, petróleo e grãos.

Desde o período das reformas a balança comercial chinesa teve instáveis superávits. Esse resultado foi revertido após 1985, com o aumento do nível das importações de bens de capital e bens intermediários.

O setor industrial liderou a taxa de crescimento do emprego no período entre 1978 e 1991. Entre 1980 e 1983 o principal movimento ocorrido na China foi a excepcional expansão do setor primário. A partir de 1983 e até 1988, a indústria leve e voltada à produção de bens de consumo liderou o crescimento econômico e, como consequência, a produção de bens de capital apresentou as taxas mais elevadas.

A tabela 3 apresenta uma comparação do padrão setorial de crescimento da China nos períodos anterior e posterior às reformas.

Tabela 3 - Indicadores de crescimento setorial, China 1952-95 (taxa de crescimento anual)

	1952-78	1978-95	Mudança na taxa de crescimento entre os períodos
Produto Agrícola	2.20	5.15	2.95
Emprego Agrícola	2.02	0.84	-1.18
Produtividade	0.17	4.27	4.10
Produto Industrial	9.29	8.82	-0.47
Emprego Industrial	5.84	4.83	-1.01
Produtividade	3.25	3.81	0.56
Setor terciário	4.18	7.86	3.68
Emprego terciário	3.20	6.73	3.53
Produtividade	0.96	1.05	0.09
PIB	4.40	7.49	3.09
Emprego total	2.57	2.62	0.05
Produtividade	1.78	4.74	2.96
Impacto da mudança do emprego setorial no crescimento do produto	0.92	1.44	0.52

Fonte: Maddison apud MEDEIROS, 1998, p. 386

Com a elevada taxa de crescimento ocorrida no país o comportamento da população foi se alterando, os padrões de consumo começaram a mudar representativamente. Em 1978, o consumo limitava-se apenas a aquisição de bicicletas, rádios e máquinas de costura.

De acordo com Singh (1993 apud MEDEIROS, 1999, p.387) a introdução de novos bens de consumo duráveis foi, entretanto, extraordinária. A produção de geladeira, televisão, máquina de lavar e ventilador registrou taxas de crescimento explosivas entre 1978 e 1984 e elevadas entre 1984 e 1990.

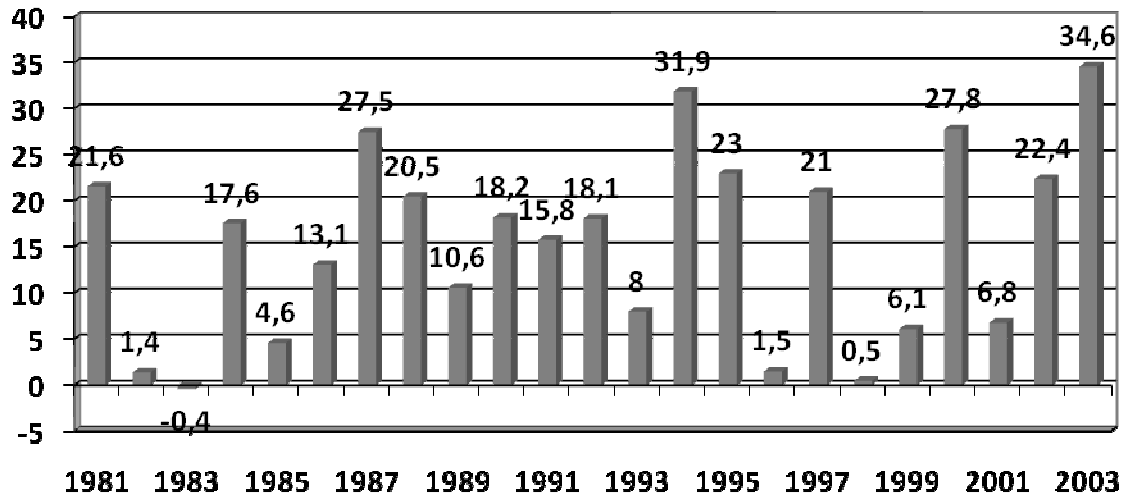
O investimento bruto esteve acima de 35% do PIB ao longo dos anos 80, com forte aceleração a partir de 1985, quando atingiu, durante três anos seguidos, impressionantes taxas de 40% da renda. As empresas estatais foram responsáveis por um valor acima de 65% dos investimentos realizados, em sua maioria, na expansão da capacidade produtiva industrial e, em particular, na expansão da oferta e alocação de energia elétrica. As empresas coletivas de vilas e municípios (Town and village enterprises) contribuíram com uma parcela de 15% e o setor privado com 20%.¹

A política cambial de progressivas desvalorizações da moeda chinesa contribuiu para um rápido crescimento das exportações e para assegurar a competitividade internacional da produção do país. As exportações representaram em 1991 e 1992 aproximadamente 20% do PIB do país (16,8% em 1993). Em 1980 elas não passavam dos 6%.

A participação chinesa nas exportações mundiais em um período de 23 anos (1980-2003) cresceu de 0,96 % para 5,86%. E o fluxo comercial passou de US\$ 38 bilhões em 1980 para US\$ 850 bilhões em 2003.

¹ A expressão consagrada na literatura ocidental é a “township and village enterprise” (TVE), aqui traduzida por Empresas Coletivas de Vilas e Municípios.

**Gráfico 1- Exportações Chinesas
Taxa de Crescimento (%)**



Fonte: OMC

As exportações foram o componente da demanda efetiva de maior dinamismo nos últimos 15 anos. Ainda que com grande oscilação no período entre 1984 e 1995, as exportações em dólares correntes cresceram a uma taxa de 17% a.a, para um crescimento do PIB de 10,2% a.a. Esses resultados fizeram com que a parcela das exportações chinesas nas exportações mundiais passasse de 0,75% em 1978 para 3% em 1995 (World Bank, 1995, apud Medeiros, 1999, p. 387).

A relação entre importações e exportações sobre o PIB passou de 17% em 1984 para 44% em 1995. Em 1978, esse número era 10%. Em 1985 a China exportou US\$ 27,4 bilhões contra US\$ 148,8 bilhões em 1995.

O crescimento econômico chinês alcançou a taxa de 7,49% a.a entre 1978 e 1995 e 10,2% a.a entre 1985 e 1995 e o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu de US\$ 240 bilhões para US\$ 1,4 trilhão entre 1978 e 2003.

A participação das importações chinesas na composição do PIB do país passaram de 5% em 1978, para 30% em 2005. Esta participação foi maior do que a observada em países em desenvolvimento como o Brasil e a Índia.

De acordo com Medeiros (1999) a parte mais visível das reformas e das mudanças estruturais chinesas foi a explosão dos investimentos diretos, que ocorreu nos anos 90. (p. 388)

Até 1991 o Investimento Direto Estrangeiro permaneceu abaixo de 1% do PIB. Entre 1978 e 1995, a principal fonte de divisas foram as exportações. Nos anos 80, a segunda fonte de captação de divisas foi o empréstimo bancário e credores oficiais.² O investimento direto passou a ocupar a segunda posição somente em 1991 e em 1993 o ingresso destes investimentos já havia atingido 5% do PIB.

2.2 Vantagens e desvantagens do modelo de crescimento

A China, no sentido prático, não defendeu a privatização, mas encorajou o desenvolvimento de diversos sistemas de propriedade. As empresas privadas tiveram papel muito importante no elevado ritmo de crescimento da economia rural. As TVE privadas, de 1984 a 1991, apresentaram o maior índice de crescimento no que diz respeito a emprego e produção. A parcela do valor bruto das empresas privadas desse grupo foi de 6,9% em 1984, tendo aumentado para 27% em 1991, o que demonstrou a grande vitalidade das empresas privadas rurais.

Esse “surto” de crescimento das empresas privadas esteve relacionado intimamente às precondições sociais e econômicas impostas pela reforma econômica. No que diz respeito à acumulação monetária rural, a reforma teve como consequência a acumulação de recursos, que por sua vez, forneceram fundos para a criação de empresas privadas. Essa acumulação se deu em decorrência de três fontes: as poupanças familiares, os fundos coletivos e aos empréstimos de bancos e cooperativas de crédito. A mão-de-obra era excedente no setor agrícola e a abolição do sistema de comunas eliminou todas as restrições que enfrentavam a movimentação da força de trabalho dos setores agrícolas para os não-agrícolas. Ou seja, isso resultou em maior disponibilidade de força de trabalho para as empresas privadas e a tecnologia era comercializada gradualmente, o que facilitou um maior acesso ao mercado tecnológico para estas empresas.

Outros tipos de propriedade também tiveram índices de crescimento muito elevados no período pós- reformas. Incluem-se as empresas de economia mista (de propriedade conjunta do Estado e de coletividades; do Estado e de indivíduos; de coletividade e indivíduos; de chineses e investidores estrangeiros) e empresas de propriedade estrangeira.

² Deve-se considerar que apenas a partir de 1978 a China passou a ser financiada internacionalmente.

Os altos investimentos em tecnologia, educação e elevação da faixa de pobreza surgiram como vantagens do modelo de crescimento chinês.

A industrialização chinesa foi acompanhada por mudanças estruturais no emprego e na urbanização. Em 1978, 17,9% da população era considerada urbana, e esse número passou para 26,4% em 1990.

Entre 1979 e 2002, o crescimento econômico retirou 400 milhões de pessoas da pobreza e o índice de pobreza caiu de 49% para 6,9% da população total.

De acordo com Makino (1997) “a mudança dos termos de troca entre a agricultura e indústria – uma política deliberada do governo chinês – foi o principal mecanismo responsável pela redução da disparidade de renda entre as cidades e o campo, observada nos anos 80”.

Porém, como uma enorme desvantagem do modelo, pode-se citar que uma parcela crescente dessa expansão de fluxos migratórios das áreas rurais para as áreas urbanas não foi absorvida pelo emprego formal, o que formou um leque de atividades sub-remuneradas.

A China atualmente (2008) passa por desafios, principalmente os que estão relacionados à poluição ambiental, o desperdício e a baixa taxa de reciclagem do país, que conjuntamente, formam um obstáculo ainda maior para o desenvolvimento sustentável. O modelo de crescimento não é considerado um modelo limpo, ou seja, trinta anos de industrialização conduziram a uma enorme contaminação das reservas de água. A China cresceu de forma desordenada e sem preocupações ambientais. Segundo dados do Ministério da Saúde (citados pela Agência Nova China), 44% de toda a água para o consumo humano fora das zonas urbanas já foram contaminadas.

2.3 Perspectivas e a inserção da China no GATT/OMC

O novo caminho de inserção chinesa nas regras do comércio internacional teve o seu início em 1986, quando a China se candidatou para membro do GATT, instituição precursora da OMC (Organização Mundial do Comércio) que surgiu em 1995.

A entrada da República Popular da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) deu-se em 11 de dezembro de 2001 após a aprovação de seus membros em Doha.

As negociações duraram aproximadamente 15 anos e a China teve a obrigação de cumprir todos os requisitos impostos pela OMC, tais como, fornecer e atualizar periodicamente informações sobre o seu mercado, além de negociar compromissos e concessões nas áreas de bens e serviços - bilateralmente com cada membro da instituição - trabalhar em negociações multilaterais referentes às regras que regem seu comércio com o mundo. O país fez diversas concessões aos seus parceiros comerciais, tornando-se o 143º membro da OMC, tendo sua inserção se tornado um divisor de águas no comércio multilateral.

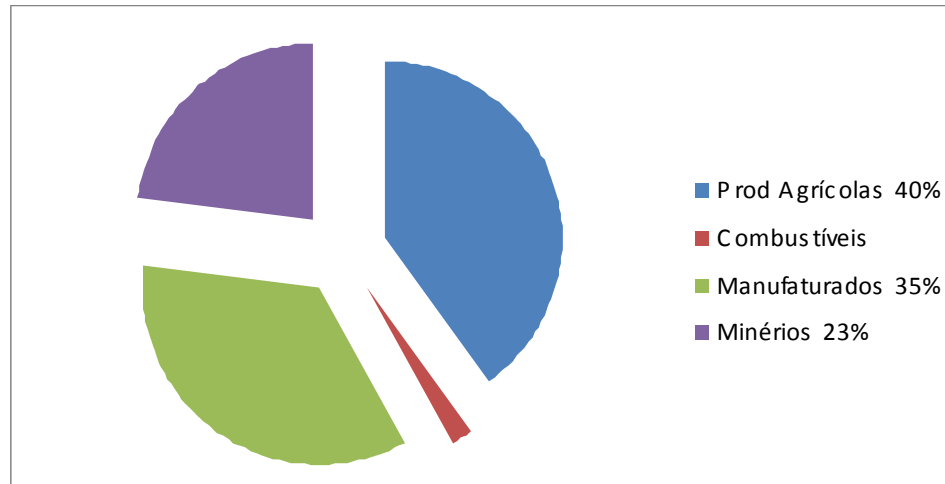
A China implementou uma série de reformas para facilitar suas negociações comerciais, como por exemplo, a eliminação de barreiras que protegiam seu mercado interno de outros países, remoção das barreiras não tarifárias, a redução de suas tarifas industriais de 24,6% para 9,4%, a eliminação gradual de licenças e quotas de importação. Os direitos de importar, exportar e alocar as empresas estrangeiras foram firmados dentro dos modelos da OMC em decorrência da cláusula de não discriminação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT 1947-General Agreement on Tariffs and Trade).

Segundo estimativas do Banco Mundial, até dezembro de 2005 a participação da China no comércio mundial triplicará, atingindo a marca dos 10% do volume global de trocas de mercadorias, devido a sua entrada na OMC. (Noronha, 2002, p.12)

Do mesmo modo, a inserção implicou na aceitação dos termos de todos os Tratados de Marraqueche, intimamente ligados às áreas têxteis, de propriedade intelectual, agricultura, normas sanitárias e fito sanitárias, investimentos, serviços, subsídios, dentre outros.

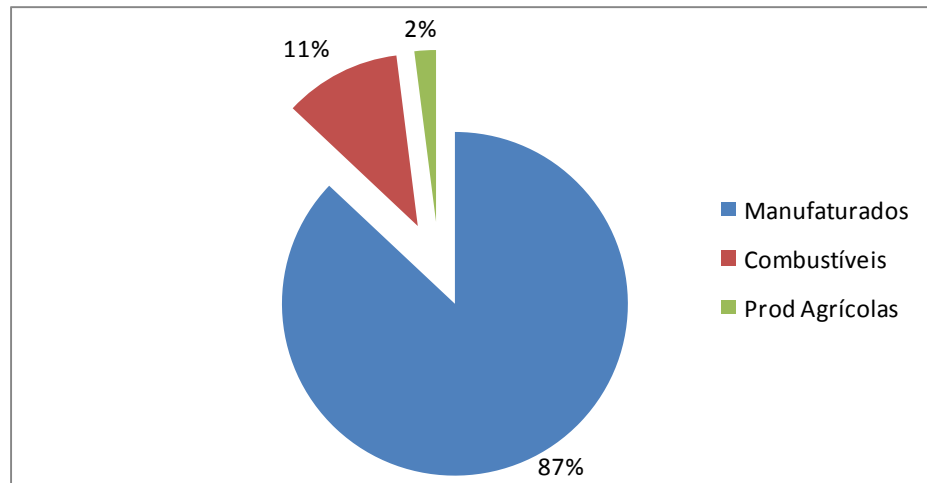
Dos países ocidentais, talvez nenhum tenha melhores condições para o estreitamento de relações comerciais com a China do que o Brasil seja por suas características climáticas ou por suas parcerias estratégicas.

Gráfico 2 – Composição das exportações do Brasil para a China (2002 a 2004)



Fonte: MIDIC/Secex, Fiesp

Em volume, as trocas bilaterais em 2001, ultrapassaram a marca de US\$ 1 bilhão, o que correspondeu aproximadamente à metade do superávit comercial global do país no mesmo ano. Este crescimento das exportações brasileiras ocorreu principalmente devido o aumento pela demanda no setor agrícola, mas também com forte contribuição do setor industrial, conforme observa-se no gráfico 2.

Gráfico 3 – Composição das importações dos produtos chineses (2002 a 2004)

Fonte: MIDIC/Secex, Fiesp

Na composição das importações dos produtos chineses os manufaturados são os principais itens da pauta, respondendo com a porcentagem de 87%. Por não dotar de características agrícolas, a importação de produtos agrícolas da China corresponde a 2%, conforme ilustra o gráfico 3.

Tanto o setor agrícola quanto o setor industrial tiveram amplos benefícios com a entrada da China na OMC. O setor industrial foi beneficiado pela redução das tarifas no setor em aproximadamente dois terços e o setor agrícola trouxe maiores benefícios para as empresas produtoras e exportadoras agrícolas, as reduções tarifárias ocorridas no setor superam muitas vezes as industriais, bem como pela vigência do acordo sanitário e fitossanitário realizado com a OMC. Desta forma, a soja brasileira - maior item da exportação do Brasil para a China no período - aumentou a sua presença nos mercados, houveram previsões de reduções tarifárias para o óleo de soja de 85% para 9%, para 3% a granel e para 5% a ração de soja, assim como os produtos de proteína animal, em especial os granjeiros com reduções tarifárias de 20% para 10%.

Na área de serviços, incluindo bancos, seguros, transportes, telecomunicações houve uma enorme liberalização que facilitou a presença de agentes econômicos estrangeiros na China. Este passo estratégico foi muito importante para o acesso ao mercado chinês, bastante diversificado e complexo.

CAPÍTULO 3

RELAÇÃO BILATERAL

Este capítulo se propõe a examinar as características internas mais atuais da China, com a finalidade de estabelecer suas relações com o Brasil. Tratará da desmistificação sobre os produtos chineses - tidos como produtos sem qualidade - e também sobre a relação dos investimentos, importações e exportações.

3.1 Um panorama das mudanças ocorridas na China atualmente

Os economistas em geral têm dado grande destaque à importância do crescimento econômico da China no ano de 2008 e nos próximos anos.

Diante da alta inflacionária nos últimos dez anos, que passou de 3% a.a para 5,4% a.a, o governo chinês acionou uma série de mecanismos visando conter este movimento de alta, entre eles adotou o congelamento de preços, a expansão da oferta de produtos no mercado doméstico e a redução do imposto de importação para alguns produtos como grãos, petróleo e aço. De acordo com o governo chinês, o Estado terá controle direto sobre os preços de água, educação, saúde e transportes públicos, que devem permanecer estáveis, mas produtos com variação diária de preços sofrerão controle temporário.

Conforme apontou matéria publicada no Relatório Carta da China (2008a), estas medidas tenderam a favorecer os exportadores brasileiros de *commodities*.(p.7)

O setor de alimentos também sofreu ajustes devido à alta nos preços ocasionada por um efeito sazonal de aumento do consumo interno, como consequência da queda na colheita pelo período de seca. As importações chinesas de soja subiram de janeiro a outubro de 2007 cerca de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior e o benefício aos exportadores brasileiros veio por meio dessa relação.

Do ponto de vista dos exportadores chineses, a valorização de *commodities* no mercado internacional provocou desequilíbrio no abastecimento do mercado interno chinês. Nesse sentido, foi anunciado aumento temporário de tarifas aplicadas sobre as exportações chinesas de 57 tipos de grãos, inclusive a soja. De acordo com o Ministério das Finanças, o imposto varia de 5% a 25% e será mantido até o final de 2008 .

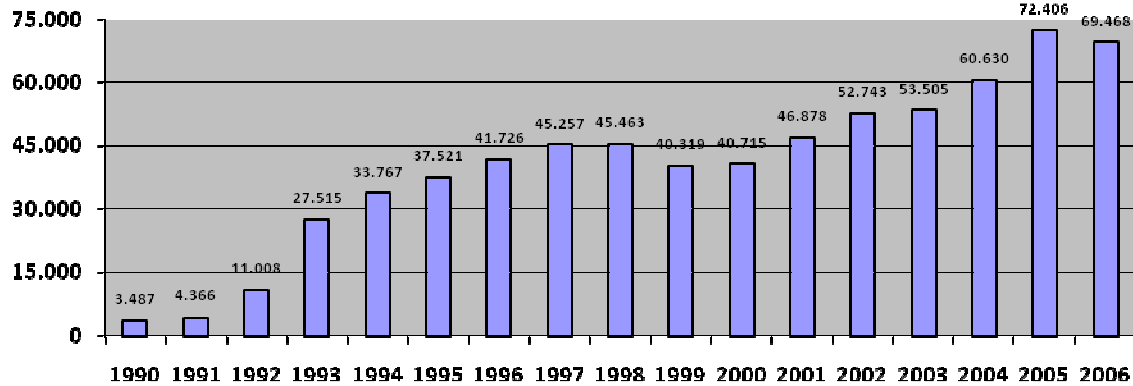
Com relação aos investimentos, o relatório Destaque Diário do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco (2008) enfatizou que nos últimos dez anos, a China recebeu um considerável montante de investimentos estrangeiros diretos (IED) e se tornou uma plataforma de exportação para as mais diversas empresas. Entre 2000 e 2006, a China recebeu mais de US\$ 396 bilhões em IED, tendo a política tributária contribuído muito para isto, pois até 2007 as empresas estrangeiras pagavam uma alíquota de 15% no imposto de renda, enquanto as empresas domésticas pagavam alíquota de 33%. Com a aprovação da nova lei do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica em 1 de janeiro de 2008, tanto as empresas domésticas quanto as estrangeiras passaram a ser tributadas com uma alíquota de 25%, ou seja, o governo adotou quase que uma média entre as alíquotas praticadas em relação às empresas domésticas e as estrangeiras, conseguindo a partir de então um tratamento igualitário.

De acordo com o Destaque Diário do Bradesco (2008):

Entretanto, o cenário não é feio como parece para as empresas estrangeiras. Além de o novo sistema tributário usar uma alíquota única, que demonstra maior maturidade e transparência, as empresas dos setores de alta tecnologia, empresas focadas em pesquisas e as que invistam em províncias mais pobres continuarão a se beneficiar dos incentivos. Essas exceções corroboram o objetivo do governo chinês de direcionar a economia para a produção de bens com maior valor adicionado e fazer com que a famosa frase “Made in China” seja encontrada não apenas nos tradicionais bens de consumo de baixo valor, como brinquedos, calçados, roupas e móveis, mas também em produtos que envolvam tecnologia avançada. (p. 1)

Conforme se verifica no Gráfico 4, os investimentos estrangeiros diretos são ascendentes desde 1990, com alguns poucos picos de oscilação. Entre 1990/2000 o crescimento foi de 1067,62% versus um crescimento de 66,48% entre 1996/2006.

Gráfico 4 - China: Investimento estrangeiro direto 1990-2006
US\$ milhões



Fonte: UNCTAD

Elaboração: Bradesco, Destaque Diário 10/03/2008

Segundo matéria do relatório da Carta da China (2008a) a perspectiva é que mesmo com a redução dos impostos o governo não registre queda significativa de receita, pois os saltos nos lucros empresariais e o acelerado crescimento econômico proporcionaram aumento de cerca de 30% da arrecadação fiscal em 2007, a maior das últimas duas décadas. (p.7)

Mesmo com as políticas de congelamento de preços e de reajuste tarifário para desacelerar a inflação, a China encerrou novembro de 2007 com um aumento de 6,9% no IPC (índice de preços do consumidor) em relação ao mesmo período do ano anterior, foi o maior nível em 11 anos. Atualmente (setembro de 2008) o IPC teve aumento de 4,6% comparado ao mesmo período de 2007. O combate à inflação se tornou um dos maiores desafios, estando atualmente (agosto) no patamar de 6,5 %, o mais alto em quase 11 anos. Em dezembro de 1996, o indicador chegou a 7%. O salto inflacionário chinês atual (2008) deve-se, sobretudo, ao maior consumo de alimentos. Mas, a expectativa é que mesmo com a redução dos impostos a economia chinesa continue em crescente desenvolvimento e ascendência, tanto que as projeções de crescimento para este ano são de 8%.

Também de acordo com o Destaque Diário do Bradesco (2008):

No que diz respeito à inflação, o resultado é incerto, pois a queda da tributação para as empresas domésticas e o aumento para as empresas estrangeiras jogam em direções contrárias. Entretanto, como as empresas estrangeiras dominam o setor exportador, a nova regra tributária deve causar pressão sobre o preço dos bens exportados, que são intensivos em mão-de-obra, fazendo com que a China exporte assim alguma inflação para o mundo caso não haja aceleração dos ganhos de produtividade. Juntando-se a isso, temos a aceleração do processo de apreciação do Iuane, que já valorizou 3% apenas neste ano, aumentando ainda mais os preços dos bens em dólares. (p.2)

Olhando para outro aspecto relacionado às mudanças ocorridas na China atualmente, observamos a existência de uma nova lei relacionada ao mercado de trabalho, adotada com o objetivo de regular os contratos de trabalho temporário, garantindo que o trabalhador seja considerado temporário somente se contratado para realizar alguma atividade específica e o tempo de contratação seja no máximo de 6 meses. Tornou-se obrigatória a formalização de contrato para trabalhadores que fiquem na empresa por um período superior a 1 mês.

Nas contratações acima de 6 meses é necessário a formalização de um contrato, garantindo o pagamento de diversos benefícios ao funcionário, tais como, pensões, seguro desemprego, seguro saúde, dentre outros. A elaboração do contrato formal auxiliou na prevenção de mudanças repentinas dos acordos entre o empregador e o empregado durante a negociação, além de ter facilitado a questão da fiscalização do cumprimento de leis estabelecidas anteriormente, como por exemplo, limite de horas extras.

Em casos de demissões de funcionários que permaneceram na empresa em um período superior a dez anos, o empregador é obrigado a pagar um salário a mais para cada ano trabalhado. Aprovada em junho de 2007, mas em vigor desde 1 de janeiro de 2008, a nova lei garante menores taxas de desemprego, mas por outro lado há a preocupação dos empresários na liberdade de contratar e demitir mão-de-obra pelo tempo que julgam necessário, principalmente empresários ligados a empresas de pequeno porte, que adotavam a contratação de mão-de-obra temporária e menos sofisticada.

3.2 Desmistificação dos produtos chineses e a relação comercial com o Brasil

As etiquetas ou timbrados “*Made in China*” estão estampados em produtos vendidos no mundo todo, cada vez em maior proporção.

Segundo Marcelo Rehder, “a era do produto barato de qualidade duvidosa da China acabou. Em cinco anos, os produtos manufaturados de alta tecnologia, os chamados *hi-tech* tornaram-se principal item da pauta de exportação chinesa”. (REHDER, 2008, p.B)

Os produtos chineses que durante anos foram intitulados como produtos baratos e de má qualidade foram sofrendo alterações no meio do caminho.

“A competitividade dos produtos chineses tem inserido o país asiático em mercados internacionais, cada vez mais substituindo fornecedores tradicionais de determinados países”. (CARTA DA CHINA, 2008b, p. 8)

Em 2006 a China ultrapassou os Estados Unidos como o maior exportador de produtos de alta tecnologia. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Comtrade (banco de dados de estatísticas sobre o comércio internacional das Nações Unidas), naquele mesmo ano os chineses exportaram US\$ 343,9 bilhões versus US\$ 323,8 bilhões dos Estados Unidos.

José Ricardo Roriz Coelho, diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, afirmou que “é uma falácia dizer que os produtos chineses são cópias baratas dos fabricados em outros países: A China tem produtos bons, menos bons e ruins, como qualquer país do mundo, mas a maioria já é de alta tecnologia” (COELHO apud REHDER, 2008, p.B)

Através do ranking elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2008), o setor de produtos eletrônicos, de aparelhos e equipamentos de comunicação foi o mais afetado pelo aumento das importações chinesas, ultrapassando mercados tradicionais na oferta destes produtos como Estados Unidos, Alemanha e Japão.

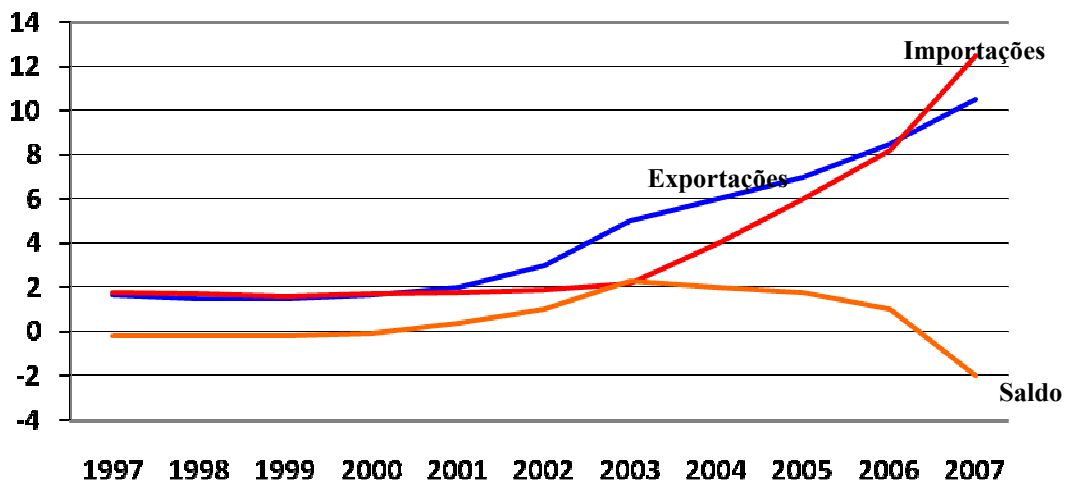
Após uma trajetória de seis anos de consecutivos superávits comerciais com a China, conforme verifica-se no gráfico 5, o Brasil registrou seu primeiro déficit anual em 2007. As importações de produtos chineses superaram os US\$ 12 bilhões contra US\$ 1,3 bilhão em 1997, um salto de quase treze vezes o volume de comércio no intervalo de uma década, o que

ocasionou um déficit comercial com a China de US\$ 1,9 bilhão em 2007 e de janeiro a julho daquele ano atingiu US\$ 964,4 milhões.

Desde o déficit de 2007:

Têm ocorrido manifestações por parte do setor privado brasileiro para que haja maior restrição à entrada de produtos chineses no Brasil, em especial de bens de consumo não-duráveis, sob alegação de invasão da indústria nacional. No entanto, análise da pauta de importações brasileiras da China demonstra que a pauta de importações brasileiras da China demonstra que a participação destes bens restringe-se a somente 8,7% das compras totais. A maioria dos importados são bens intermediários ou de capital (75,7%), que atuam como insumos à produção nacional e auxiliam o desenvolvimento da indústria brasileira. (CARTA DA CHINA, 2008b, p.8)

**Gráfico 5 -BRASIL - Balança Comercial com a China - 1997-2007
(em US\$ bilhões de 2007)**



Fonte:

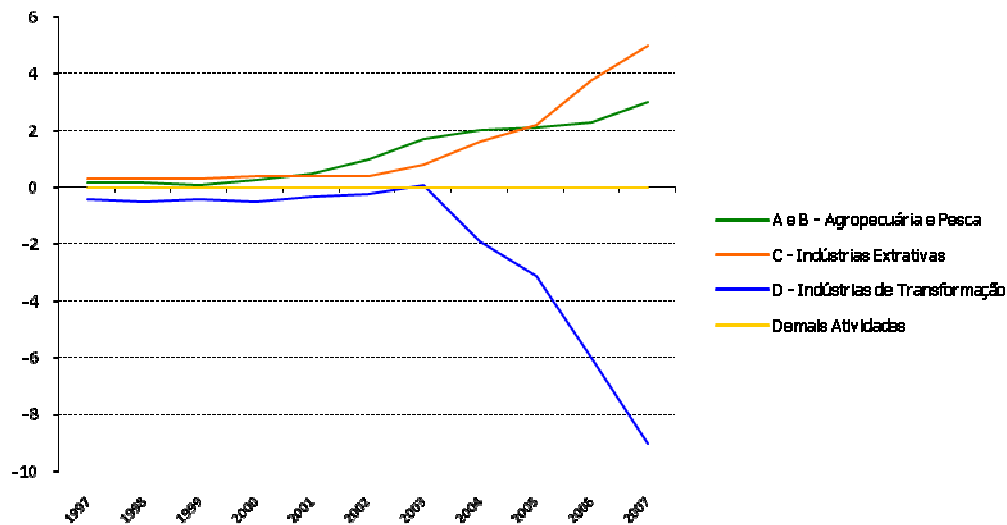
Fonte: COMTRADE, IBGE e OCDE; elaboração FIESP.
DECOMTEC/FIESP 24/07/2008, p.5

A preocupação dos empresários brasileiros tornou-se um fato concreto após o enorme déficit gerado com o país asiático e a estratégia para a sua redução deve ser direcionada à

diversificação e ampliação das exportações brasileiras à China e não exclusivamente ao controle destas. (CARTA DA CHINA, 2008b, p.8)

Conforme se verifica no gráfico 6, o resultado negativo da indústria de transformação foi o maior responsável pelo déficit comercial do Brasil com a China, que em 2006 era de US\$ 5,85 bilhões crescendo 65,7 % até atingir US\$ 9,69 bilhões em 2007. A valorização do real perante o dólar também contribuiu para esse resultado.

Gráfico 6 - BRASIL - Saldo comercial do Brasil com a China, segundo o setor (1997-2007)

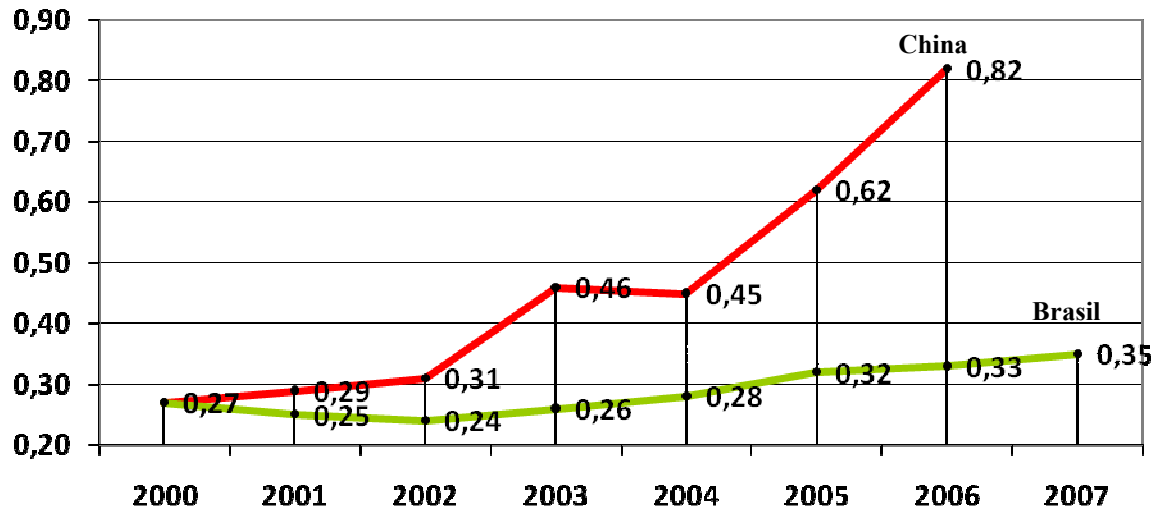


Fonte: COMTRADE, IBGE e OCDE; elaboração FIESP.
DECOMTEC/FIESP 24/07/2008, p.6

No cenário das exportações de alta tecnologia, o Brasil não ultrapassou os US\$ 9,7 bilhões. Um grande elemento que contribuiu para isto foi o aumento do preço das commodities agrícolas e minerais nos últimos anos, pois o valor médio por quilo das vendas externas brasileiras estagnou, enquanto o dos asiáticos subiu.

Pode-se verificar no gráfico 7 que em 2000 o valor médio por quilo das exportações chinesas era igual ao do Brasil, ou seja, US\$ 0,27 e subiu para US\$ 0,87 em 2007, enquanto no Brasil subiu apenas para US\$ 0,35 o quilo, ou seja, crescimento de 222% versus 29% respectivamente.

Gráfico 7- BRASIL vs. CHINA - Valor por Kg Exportado - 2000-2007
(em US\$* por Kg)



*

Considera apenas os produtos com peso declarado.
Fonte: COMTRADE, IBGE e OCDE; elaboração FIESP.
DECOMTEC/FIESP 24/07/2008, p.17

O aumento do valor por quilo exportado indica uma ascensão da participação de produtos mais sofisticados e estes passam a ser predominantes na nossa pauta de importações, assim como no resto do mundo. Aproximadamente 48,4% das exportações de produtos de alta tecnologia no ano de 2006, referiam-se a aparelhos e equipamentos de comunicações e 40,2% eram equipamentos de informática e máquinas para escritórios.

De acordo com o relatório do Bradesco, “continuaremos a ver produtos *“Made in China”* espalhados pelo mundo só que cada vez mais estampados em produtos mais elaborados e com tecnologia avançada”. (p. 2)

Apesar de criticar os produtos chineses ligados ao setor de máquinas e equipamentos (bens de capital) Luiz Aubert Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) acredita que em dois ou três anos a China será a maior fornecedora dessa linha de produtos para o Brasil. (Neto apud REHDER, 2008, p.B3)

Segundo o diretor da Fiesp, “o ambiente de negócios no Brasil ainda é muito menos favorável à produção do que na China”. (Coelho apud REHDER, 2008, p.B)

O consumo do governo brasileiro comparado ao da China é 42% maior, o que influencia negativamente a carga tributária e a taxa de juros. A soma dos juros, a carga tributária mais o spread bancário nacional provocam desestímulos aos investimentos. Como exemplo, enquanto na China, os investimentos representam atualmente 41,5% do Produto Interno Bruto, no Brasil esse número é de aproximadamente 17,6%. No campo da ciência e tecnologia os gastos da China com pesquisa e desenvolvimento dobraram subindo de 0,64% do PIB em 1997 para 1,33% em 2005. Já no Brasil esse aumento foi de apenas 18 % passando de 0,7% para 0,83% do PIB. A participação dos produtos eletrônicos chineses no consumo brasileiro aumentou de 1% em 2000 para 11,7% em 2006.

Todos esses fatos levaram a situação de que ao longo dos anos, diversos produtos deixaram de ser produzidos localmente e passaram a ser importados da Ásia.

Segundo Abdo Antonio Hadade, presidente da Indústria Brasileira de Televisores (IBT), “a maioria dos componentes importados pelos fabricantes de televisores da Zona Franca de Manaus vem da China”. A China atualmente (agosto de 2008) ocupa o terceiro lugar como fornecedor de máquinas e equipamentos para o Brasil, estando atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. Em 2000 o país asiático estava em vigésimo primeiro lugar. (Hadade apud REHDER, 2008, p.B3)

3.3 Perspectivas da relação Brasil-China

Os primeiros passos na aproximação entre os dois países se deram no ambiente cultural com as exposições realizadas no Brasil: Guerreiros da China (2003), China – da idade do bronze aos patrimônios mundiais (2004), Tesouros da China (2004) dentre outras.

Em 2004 o Brasil esteve em solo chinês, na cidade de Beijing, com a exposição Brasil Amazonas: tradições nativas, uma das maiores exposições estrangeiras organizada no Palácio Imperial, além de espetáculos de dança que permaneceram no país durante cinco meses.

O intuito foi reduzir a distância cultural e geográfica entre os dois países para posteriormente fortalecer a parceria comercial.

O comércio sino-brasileiro ganhou impulso em 2001, quando a China voltou-se ao Brasil em busca de novo fornecedor de matérias-primas necessárias à manutenção de seu crescimento econômico. O Brasil registrou ainda naquele ano seu primeiro superávit comercial anual com o país, resultado que se repetiu até 2006. As visitas do presidente Lula à China e do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil em 2004 também contribuíram para aproximação dos países e intensificação das trocas comerciais sino-brasileiras. (CARTA DA CHINA, 2008b, p. 40)

O comércio bilateral Brasil – China está em trajetória de amplo crescimento. As condições de trocas realizadas entre os países são distintas, pois a pauta de exportações brasileiras para a China é concentrada em poucos produtos básicos, enquanto as importações brasileiras de produtos chineses é extremamente diversificada, com predominância de produtos manufaturados.

Com relação ao déficit em 2007, as ações adotadas pelo governo brasileiro para a sua reversão foram pautadas pelo lançamento da Agenda China, que teve como objetivo a intensificação e diversificação do comércio bilateral e o incentivo a investimentos para ambos os países. As atividades da Agenda da China tiveram início em 2008 e se estenderão até 2010, quando as exportações brasileiras deverão ser três vezes superiores ao registrado no final de 2007.

A China superou a Argentina em julho de 2008 e passou a ser o segundo maior parceiro comercial do Brasil. O fluxo comercial com os chineses atingiu US\$ 24,7 bilhões de dólares nos sete primeiros meses de 2008 ficando atrás apenas dos Estados Unidos, sendo que o comércio bilateral registrou novamente no mesmo período saldo deficitário para o Brasil de US\$ 1,54 bilhão, com um superávit comercial a favor do Brasil apenas em maio, em decorrência de compensações ocorridas em razão de distorções em dados comerciais segundo o relatório Macro China (2008) e também em função da greve da Receita Federal em janeiro de 2008, ocasionando dificuldades no embarques de produtos importados. (p.5)

O salto das exportações brasileiras de soja para o mercado chinês no primeiro semestre de 2008 foi responsável por mudança no *ranking* dos maiores importadores de produtos agrícolas brasileiros. Estados Unidos, que lideravam a lista nos últimos dez anos, perderam sua posição para a China e passaram a ocupar a terceira colocação (Países Baixos ficaram em segundo lugar). (MACRO CHINA, 2008, p. 6)

A China em 2007 era a terceira colocada no *ranking*. Importou aproximadamente US\$ 4,6 bilhões em produtos agrícolas brasileiros na primeira metade de 2008, o que representa um aumento de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Pode-se verificar na tabela 4 que as exportações brasileiras para a China mantiveram ritmo crescente em 2008, totalizando aproximadamente US\$ 7,4 bilhões, uma variação de 50,7% em relação ao mesmo período de 2007. O aumento substancial das exportações brasileiras para a China decorreu principalmente pela expansão das vendas de soja em grãos e óleos de soja, cujos valores exportados para a China aumentaram. Estima-se que os chineses compraram no primeiro semestre de 2008 cerca de 70% do total de soja previsto para todo o ano.

**Tabela 4 - Intercâmbio Comercial Brasil-China – FOB milhões
Janeiro a junho de 2008**

Período	Exportações			Importações			Saldo Comercial		
	2008	2007	Var. (%)	2008	2007	Var. (%)	2008	2007	Var. (%)
Jan	654,04	558,05	17,20	1.536,14	791,09	94,18	-882,10	-223,05	278,51
Fev	760,43	546,32	39,19	1.325,53	702,62	88,65	-565,10	-156,31	261,53
Mar	672,99	809,22	-16,84	1.283,44	943,30	36,06	-610,45	-134,08	355,29
Abr	1.328,48	1.008,55	31,72	1.428,42	849,54	68,14	-99,84	159,01	-163,85
Mai	2.307,58	919,78	150,88	1.607,91	968,90	65,95	699,97	-49,12	-1.524,28
Jun	1.683,97	1.072,80	56,97	1.766,08	955,23	84,89	-82,12	117,57	-169,84
Total	7.407,48	4.914,71	50,72	8.947,51	5.210,68	71,71	-1.540,03	-295,97	420,33

Fonte: MDIC
MACRO CHINA, 2008, p.5

Conforme se verifica na tabela 5, a exportação de pastas de madeira, papel e celulose apresentou um aumento considerável tanto em volume quanto em valor. A crescente demanda chinesa por estes produtos garantiu o montante de US\$ 388,8 milhões e um aumento de 94,3% das vendas no período. Minérios, como nióbio, manganês e cobre registraram também aumento na pauta de exportação de 162% em relação ao valor exportado no mesmo período de 2007, enquanto o minério de ferro, sofreu redução no primeiro trimestre em decorrência dos protestos que paralisaram as ferrovias da Vale do Rio Doce, além da greve da Receita Federal, terminando o primeiro semestre de 2008 com um aumento de 16,9% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. As exportações de petróleo apresentaram aumento significativo em valor, crescendo 92,3% em relação ao mesmo período de 2007, porém o volume de vendas cresceu de uma forma mais modesta, 9,9%, demonstrando que a maior parte da ampliação do valor exportado foi resultado do alto preço do valor do combustível nos mercados internacionais.

**Tabela 5. Exportações brasileiras para a China
Principais produtos ou famílias de produtos
Janeiro a junho de 2008**

Produtos ou famílias de produtos	2008		2007		Var. FOB (%)	Var. Kg (%)
	US\$ FOB milhões	Kg mil	US\$ FOB milhões	Kg mil		
Carnes e laticínios	2,8	708,5	9,7	9.152,7	-71,7	-92,3
Soja em grão	2.832,9	6.748.555,7	1.478,2	5.539.011,0	91,6	21,8
Óleo de soja	391,0	343.279,7	98,0	151.181,9	299,0	127,1
Fumo	1,3	198,0	2,5	710,4	-48,2	-72,1
Granito cortado e bruto	36,9	221.155,2	31,7	241.589,9	16,2	-8,5
Minério de ferro	1.971,0	51.282.447,5	1.686,0	47.965.227,9	16,9	6,9
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	125,0	377.397,7	47,7	162.316,7	162,1	132,5
Petróleo e derivados	518,1	879.209,0	269,4	799.988,8	92,3	9,9
Produtos químicos, orgânicos e inorgânicos	75,2	32.412,7	68,6	38.623,8	9,6	-16,1
Couros e peles	214,7	60.646,4	256,4	75.872,2	-16,3	-20,1
Pastas de madeira, papel e celulose	388,8	671.345,7	200,1	429.492,5	94,3	56,3
Produtos, semimanufaturados de ferro e aço	268,0	151.076,0	166,4	293.008,5	61,1	-48,4
Máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	124,5	14.309,3	129,5	16.378,8	-3,8	-14,5
Máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	35,8	1.716,8	30,6	3.008,2	16,9	-42,9
Partes e componentes para veículos e tratores	13,2	1.889,4	25,4	3.749,5	-47,9	-49,6

Fonte: MACRO CHINA, 2008, p.6

Conforme se verifica na tabela 4 (página 36), as importações brasileiras provenientes da China totalizaram US\$ 8,9 bilhões no primeiro semestre de 2008 e tiveram um aumento de 71,71% no período comparado a 2007.

Pode-se verificar na tabela 6 que as máquinas elétricas e mecânicas foram exemplos de produtos que mais impactaram nas compras em detrimento da expansão da economia brasileira, US\$ 1,02 bilhão e US\$ 773,7 milhões, respectivamente. Equipamentos e máquinas para a

construção civil foram os que apresentaram maior crescimento, cerca de 217% em relação ao primeiro semestre de 2007 e a importação de produtos químicos orgânicos e inorgânicos também manteve crescimento acelerado, totalizando US\$ 994 milhões no primeiro semestre de 2008, um crescimento de 120% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações de coques de hulha registraram crescimento de 154,5% em relação aos primeiros seis meses de 2007, aumento que segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia se deu pela ampliação de 18,4% do consumo doméstico de produtos siderúrgicos, em decorrência do aumento da demanda dos setores de construção civil, automotivo e de bens de capital.

**Tabela 6. Importações brasileiras da China
Principais produtos ou famílias de produtos
Janeiro a junho de 2008**

Produtos ou famílias de produtos	2008		2007		Var. FOB (%)	Var. Kg (%)
	US\$ FOB milhões	Kg mil	US\$ FOB milhões	Kg mil		
Coques de hulha	313,6	789.082,1	123,2	767.745,3	154,5	2,8
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	993,9	886.422,5	452,7	451.361,9	119,6	96,4
Têxteis e vestuário	688,3	160.044,6	438,8	119.687,1	56,8	33,7
Calçados	113,2	9.706,1	67,4	6.106,9	68,1	58,9
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	1.728,7	224.559,8	955,0	135.659,9	81,0	65,5
Bombas, válvulas e aparelhos de uso doméstico (refrigeradores, fornos e máquinas de lavar)	127,5	26.886,7	82,3	17.922,0	55,0	50,0
Máquinas e equipamentos para construção civil	118,1	31.726,0	37,3	14.566,1	216,9	118,0
Máquinas e aparelhos da indústria têxtil	69,8	11.566,4	36,2	6.747,8	92,5	71,4
Máquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	91,7	25.070,8	43,5	13.538,9	111,2	85,2
Máquinas de processamento de dados	690,5	26.678,4	394,7	23.593,6	74,9	13,1
Outras máquinas	86,1	18.621,3	32,4	7.854,2	165,4	137,1
Máquinas e aparelhos elétricos e suas partes	2.891,9	187.633,3	1.872,8	159.164,0	54,4	17,9
Conversores, transformadores, acumuladores e geradores elétricos	152,2	13.460,2	86,3	11.130,5	76,4	20,9
Eletrodomésticos	31,0	4.808,5	17,0	2.344,1	82,2	105,1
Fornos e aquecedores elétricos	86,3	23.650,0	91,5	27.701,7	-5,7	-14,6
Aparelhos elétricos para telefonia	992,1	10.250,3	503,7	5.495,6	96,9	86,5
Aparelhos de som	228,8	19.849,4	218,2	23.250,3	4,9	-14,6
Aparelhos de radiodifusão	361,5	19.643,0	261,7	17.798,3	38,2	10,4
Condensadores elétricos e resistências	41,6	1.826,9	31,6	1.698,7	31,7	7,5
Circuitos impressos	95,2	2.742,7	60,1	2.398,1	58,5	14,4
Disjuntores, interruptores, suportes, lâmpadas e outros aparelhos para circuitos elétricos	295,0	37.455,0	182,5	25.580,9	61,7	46,4
Circuitos integrados	218,3	443,0	155,4	543,7	40,5	-18,5
Outros equipamentos elétricos	117,2	16.511,3	73,2	11.405,1	60,0	44,8
Partes e componentes para veículos e tratores	201,0	67.183,6	102,2	43.566,9	96,7	54,2
Brinquedos	104,8	17.620,5	75,1	14.153,1	39,5	24,5

Fonte: MACRO CHINA, 2008. p.7

Em suma, a China passou e vem passando por grandes transformações internas ao longo dos anos, visando sempre a expansão da economia para patamares cada vez mais elevados, no sentido de uma maior igualdade sócio-econômica, melhores condições de trabalho e de vida, incentivo à produção de bens de alta tecnologia e de produtos de qualidade.

CONCLUSÃO

O surgimento da China como potência econômica mundial está entre os mais surpreendentes acontecimentos econômicos das últimas décadas. O começo da transformação da economia foi decorrente das grandes reformas econômicas e à abertura geral da economia.

Tendo em vista as condições estruturais da economia chinesa desde o período pré-reformas até os dias atuais, partindo de uma economia com reduzida capacidade de importar, combinada com alta dependência de importação de alimentos, e uma inflação relativamente constante durante muitos anos (em um patamar abaixo de 3% desde 1990), com exceção ao período de 2008, onde a mesma alcançou o patamar de 6,5% - o maior dos últimos 11 anos, e ainda conseguiu promover crescimento do investimento interno.

Desta forma, o trabalho demonstrou quais os objetivos e trajetórias percorridos pela China para alcançar altíssimas taxas econômicas de crescimento médio mundial mesmo diante da atual desaceleração mundial.

As reformas praticadas em 1978 alteraram os termos de troca favoravelmente à agricultura e, ao mesmo tempo, liberaram a comercialização privada do excedente agrícola através das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) - regiões com toda a infra-estrutura e uma legislação especial para atrair os investimentos estrangeiros diretos e também de empresas privadas chinesas.

Desde o início das reformas o governo chinês demonstrou ter uma capacidade impressionante de intervenção, explorando adequadamente as oportunidades que surgiram.

O crescimento da produtividade e dos investimentos em bens de consumo no início da década de 80 foram fatores fundamentais para a taxa de crescimento ao longo dos anos seguintes.

A admissão da China na OMC em 2001 colaborou para o processo de integração do país à economia mundial e as regras multilaterais, demonstrando sua perseverança em converter-se em um país de economia de mercado. Além de fortalecer e consolidar a dimensão global da OMC, a entrada da China gerou mudanças estruturais em sua economia em meio ao processo de globalização em curso.

Durante muitos anos a China experimentou uma série de queixas dos mercados internacionais compradores, relacionadas à baixa qualidade de seus produtos e ao desrespeito ao comércio legal em função da prática intensiva de *dumping*, o que a fez rever a estes conceitos e metodologias. Atualmente seus produtos têm penetrado nos mercados mundiais com um grau de aceitação muito maior do que no passado, ou seja, os famosos “*Made in China*” estão aos poucos perdendo associação com a pirataria e a baixa tecnologia.

O rápido crescimento econômico tirou - em pouco mais de uma década - um grande número de chineses do estado de pobreza, embora ainda existam muitos pobres no país, porém, a economia chinesa continua a crescer rapidamente e em altos patamares, especialmente devido aos investimentos e às exportações.

Mas é necessário observar que independentemente deste cenário positivo, ainda existem obstáculos a serem enfrentados, como por exemplo, os problemas relacionados ao meio ambiente e as leis trabalhistas, dentre outros. A poluição veio crescendo no mesmo ritmo que seu *boom* econômico e a China iniciou em 2008 algumas medidas de controle. A médio prazo, estão sendo implementadas medidas para o desenvolvimento do mercado de trabalho e para o estabelecimento de garantias sociais.

As relações sino-brasileiras apresentam características muito importantes, pois mostra claramente que a união destes dois países tende a crescer nos campos do comércio, da política e da cultura.

Mesmo com estas particularidades, a China conseguiu se tornar uma potência e seu papel na economia mundial provavelmente continuará a se tornar cada vez mais importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARTA DA CHINA. Ano 5, no 34. Conselho Empresarial Brasil-China. 24 de janeiro de 2008a.
- CARTA DA CHINA. Ano 5, no 40. Conselho Empresarial Brasil-China. 11 de setembro de 2008b.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Características e possibilidades de incremento do comércio bilateral Brasil-China. Brasília: Unidade de integração internacional, 2004. Disponível em: www.cni.org.br/empauta/src/inter_estudo_elaborado_china2004.pdf. Acesso em: 08 set. 2007.
- DESTAQUE DIÁRIO BRADESCO. São Paulo: Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos, 10 de março de 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **China**: Entre o Oriente e o Ocidente. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- HINTON, Harold C. A China Comunista na Política Mundial. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967.
- HUIJIONG, Wang. A Economia Mundial em transformação. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- MACRO CHINA. Ano 3, no 13. Conselho Empresarial Brasil-China. 20 de agosto de 2008.
- MEDEIROS, Carlos A. “**China**: entre os séculos XX e XXI”, in José Luis Fiori, *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- _____, A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*. 2006, v. 26, p. 381 – 400.
- NORONHA, Pang M. A China pós – OMC: Direito e Comércio. São Paulo: Observador Legal, 2002.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **O Despertar da China**. São Paulo: Aduaneiras, 1990.
- REHDER, Marcelo. A segunda invasão chinesa: alta tecnologia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2008, Economia & Negócios, B: 3.

TREVISAN, Cláudia. China: O Renascimento do Império. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.